

I – Breve análise de 2015

No primeiro ano de Governo após o período de assistência económica e financeira, no quadro dos compromissos impostos pela *Troika*, Portugal registou um período de alguma recuperação da economia e na redução do desemprego, beneficiando de uma situação relativamente positiva ao nível da União Europeia e do mercado mundial, apesar da desaceleração do crescimento em algumas economias emergentes, como a China e o Brasil.

As projeções do Banco de Portugal para o ano de 2015 apontam para a continuação do processo de recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013. Depois de um crescimento de 0.9% do PIB em 2014, previa-se uma aceleração de 1.7% em 2015 e de 2.0% em 2016 e 2017. Estas estimativas estão em linha com as avançadas pelo Banco Central Europeu mas as incertezas, a nível nacional e internacional, poderão condicionar as perspetivas de consolidação e recuperação da economia em Portugal, sobretudo devido aos acontecimentos recentes do final do ano – conflitos internacionais – e entrada em funções de um novo Governo em Portugal. De facto, segundo os últimos dados divulgados recentemente pelo INE, o crescimento do PIB no 3º trimestre, aquém do previsto, pode dificultar a meta para 2015, apesar do aumento de 1.4% mas tal representa uma estagnação face ao trimestre anterior.

Para além destas questões, com impacto direto ou indireto no nosso Setor e em toda a Fileira, pela exposição aos condicionantes externos, ficou marcado pelos seguintes fatores:

Pela positiva,

- Uma quebra relativa e importante nos preços das principais matérias-primas para a alimentação animal, consequência das condições climáticas favoráveis e recordes de produção nos cereais (União Europeia) e de soja a nível mundial, com impacto na oferta e na reconstituição de *stocks*;
- A tendência de baixa de preços das principais matérias-primas para a alimentação animal e maiores disponibilidades forrageiras, que permitiu diminuir os custos de produção da alimentação animal e tornar a pecuária mais competitiva – em particular nos países mais competitivos da União Europeia, sobretudo ao nível do leite e da carne de porco, com um aumento dos efetivos e das produções europeias;
- Os preços do petróleo, com um comportamento favorável, bem como a imposição de metas nos Estados Unidos para a produção de bioetanol, com reflexos favoráveis nos preços do milho e das oleaginosas;
- Um aumento da oferta, ainda que não significativo, das proteaginosas na União Europeia, o que fica a dever-se, em partes, às medidas implementadas no quadro da reforma da PAC;
- O esforço continuado da parte das autoridades nacionais, no sentido da abertura de mercados externos para os produtos agroalimentares;
- A cumplicidade entre a Administração Pública em muitos dossiers, designadamente da parte do Ministério da Agricultura e do Mar, indo ao encontro das necessidades e reivindicações do Setor, sobretudo ao nível do QUALIACA e do dossier dos OGM.

Pela negativa:

- A continuidade do embargo russo, que ao limitar as exportações de leite e carne e porco, com o aumento da oferta destes produtos, criou excedentes na União Europeia que não encontraram escoamento em mercados alternativos, com preços abaixo dos custos de produção nestes sectores;
- A relação euro/dólar que, devido á desvalorização da moeda europeia, pese embora a promoção das exportações, não permitiu acomodar, na sua totalidade, a baixa dos preços das principais matérias-primas na origem;
- A quebra dos preços do petróleo, com influência direta em países exportadores, como por exemplo, Angola, que são destinos importantes das exportações nacionais;
- A apresentação de uma proposta da parte da Comissão Europeia sobre a nacionalização das importações de OGM (*“opt-out”*) relançando o debate europeu sobre a biotecnologia, a necessidade de assumir responsabilidades da parte dos Estados-membros e a credibilidade das aprovações e do consumo destes produtos na opinião pública;

- A divulgação de estudos sobre a qualidade do leite e o impacto do consumo de leite junto da opinião pública e dos consumidores, criando uma perceção errada quanto às vantagens do consumo de leite;
- Já no final do ano, a divulgação de um estudo do IARC, bastante polémico até do ponto de vista da metodologia e da forma como foram divulgadas as conclusões – postas em causa até pela EFSA, sobre as consequências do consumo de carnes vermelhas e de produtos transformados na saúde dos consumidores, considerando estes produtos como potencialmente cancerígenas.

Em conclusão, 2015 foi um ano bastante complicado e difícil, com a Comissão Europeia a reconhecer, apenas a partir de setembro, num Conselho Extraordinário, a existência de uma crise na Pecuária, resultado quer do excesso de oferta de alguns produtos que não encontraram escoamento no mercado mundial – desde logo, o leite, pela redução do consumo mundial – quer da carne de porco, devido ao embargo russo e ao facto da expansão para outros mercados (China, Japão, Taiwan) não ter absorvido as perdas do mercado russo.

Aliás, foram decididas algumas medidas de urgência, com um envelope de 500 milhões de € e em que Portugal canalizou uma verba de 4.8 milhões de €, a atribuir ao sector leiteiro na sua totalidade.

A nível nacional, apesar das degradações dos preços na produção do leite e carne de porco e das dificuldades nos bovinos de carne, as estimativas apontam para uma relativa estabilização da produção de alimentos compostos, prevendo-se uma relativa estabilidade nos alimentos para aves, um aumento da oferta nos alimentos para bovinos (em grande parte devido á seca que afetou o País) e de suínos, ligado ao incremento dos efetivos mas igualmente ao aumento do peso de abate, com uma retração nos alimentos para outros animais, com destaque para a crise que a cunicultura atravessa mas igualmente a falta de pequenos ruminantes, com impacto na redução da produção de alimentos para estes animais.

Em 2015, demos continuidade à discussão do projeto da implementação do QUALIACA, com negociações com os importadores de matérias-primas e com a DGAV, tendo-se assinado um Protocolo apenas com a DGAV, devido às divergências relativamente a um acordo tripartido da parte dos fornecedores de matérias-primas, com o Protocolo a ser assinado em 2 de outubro, antes das eleições legislativas. No entanto, é notória uma melhoria global da qualidade das matérias-primas fornecidas à Indústria. Ficou ainda encerrado o Projeto de alteração de Estatutos da parte da Direção, que irá ser submetido à discussão com os Associados, no sentido de permitir o alargamento da IACA a outras atividades da Fileira, sem perder o seu “núcleo duro” e a identidade de Associação da Indústria. Preocupámo-nos igualmente com a discussão aberta com as empresas associadas sobre diversos temas, abordados quer nas páginas da Revista, Anuário (em que celebrámos os 25 anos da sua edição) ou em Reuniões Gerais e nas IV Jornadas de Alimentação Animal.

A IACA desempenhou ainda uma importante atividade a nível internacional, sobretudo ao nível da FEFAC, sendo chamada a intervir sobre diversos assuntos (mercados, sustentabilidade, OGM, resistência antimicrobiana, alimentos medicamentosos, acordos comerciais...), quer em Bruxelas (Comissão e Parlamento Europeu) quer em eventos na Europa, ou fora dela, como os Estados Unidos ou Brasil.

II - Ações previstas para 2016

Com um novo ciclo político, consequência das eleições legislativas, espera-se que o Governo estimule a procura interna e aposte na continuidade da promoção das exportações, sem perder de vista aspetos essenciais como os compromissos europeus, do qual resulta desde logo o cumprimento do deficit e uma evolução da contratação coletiva que privilegie a competitividade das empresas e a aposta na produção nacional, em que a agroindústria, sobretudo a atividade pecuária, é relevante para uma estratégia de consolidação do crescimento económico e da criação de emprego.

As perspetivas da Comissão Europeia apontam para a continuidade da crise na pecuária, com uma recuperação dos preços do leite no primeiro trimestre de 2016 mas o sector da carne de porco não tem uma previsão de subida de preços nos próximos meses, enquanto o embargo russo, um grave estrangulamento para o sector, é sobretudo de natureza política, sendo difícil de prever quando irá terminar. No entanto, talvez as medidas previstas ao nível das ajudas á armazenagem

privada possam mitigar as perdas, numa altura em que muitos Estados-membros solicitam à Comissão ajudas para a reestruturação do sector.

Neste contexto, pese embora o crescimento esperado do PIB, prevemos um 2016 particularmente difícil para a atividade da Indústria e da Fileira da Alimentação Animal em Portugal, sendo igualmente uma incógnita o que vai passar-se com a proposta da Comissão em matéria de importação de matérias-primas geneticamente modificadas, depois da sua rejeição pelo Parlamento Europeu, sendo certo que a IACA se irá bater pela sua retirada e pela implementação de uma política responsável e com base nas avaliações científicas da parte da EFSA.

Fortemente preocupados com a conjuntura negativa e tendo como grande objetivo a promoção da produção agropecuária nacional e o consumo de produtos de origem animal junto dos consumidores e nos mercados externos - reduzindo a nossa dependência externa - os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria, centrados nos seguintes eixos:

1.Reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus associados, ao nível dos contactos diretos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas, para acompanhar dossiers relevantes para o Sector e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (IS, Revista "Alimentação Animal", Notas de Conjuntura, INFO IACA, Notas Semanais, Circulares, website, simplificação da consulta da legislação) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, bem como no âmbito das Reuniões Regionais da Indústria.

Continuaremos a implementar o Programa de visitas às fábricas, para um melhor conhecimento dos problemas e das expectativas das empresas associadas, com uma melhor comunicação e difusão destas reuniões através da Revista "Alimentação Animal". Procuraremos ainda abordar com mais frequência as empresas com vista a perceber que dificuldades e constrangimentos se deparam, por forma a dirigirmos a nossa ação com maior eficiência.

2.Reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente ao nível da Agricultura, Economia, Ambiente e Emprego, principais áreas com impacto para o nosso Sector, com destaques para o GPP e a DGAV. No quadro da investigação e desenvolvimento, serão privilegiados os contactos com o INIAV e as Universidades (ISA, UTAD, Veterinária, Évora, Porto) no sentido de fazer a ponte entre a investigação e as empresas, à semelhança do que aconteceu em 2015.

3.Reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Sector, quer ao nível das Associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS), de comerciantes e importadores (ACICO), quer pecuárias (representantes dos sectores das carnes, do leite e dos ovos) e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando maior lobby e "massa crítica" junto das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional.

4.Consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular junto da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em determinados fóruns e em Grupos Consultivos ao nível da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu - e da opinião pública, através dos meios de informação e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências.

5.Tendo em vista o reforço da qualidade das matérias-primas, complementando o Plano de Controlo Oficial, e uma estratégia que permita potenciar uma nova relação com os nossos fornecedores, com maiores exigências contratuais, a implementação do QUALIACA será uma realidade.

6.Para além do reforço no quadro da indústria de alimentos compostos para animais e das pré-misturas, a abertura da IACA a novas atividades reforçando o peso e o papel

da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade será uma outra prioridade para 2016.

Para atingir estes objetivos, o Plano de Ação, que se reflete naturalmente na proposta de Orçamento para 2016, contempla um conjunto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes:

- Realização de eventos ao longo do ano, designadamente as Reuniões Gerais da Indústria, temáticas, e as Reuniões Regionais, mantendo o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais a acompanhar os trabalhos, de forma a compreenderem melhor as nossas posições.
- Face ao sucesso das edições anteriores, realizaremos as V Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que já constitui uma referência anual.
- Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está ligada, designadamente no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, Ambiente, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e a Comissão de Agricultura da Assembleia da República. Manteremos a vice-presidência do Comité “Alimentos Compostos” e a representação no Grupo de Diálogo Civil “Culturas Arvenses” (DG AGRI/Comissão Europeia), bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA.
- Para além da presença nos Comitês específicos da FEFAC, e da representação no Conselho, a IACA terá uma participação muito ativa no Preasidium, Conselho e no Comité Diretor da nossa organização europeia, através da reeleição da nossa Presidente Cristina de Sousa para o Preasidium, no âmbito do Mandato de 2016/18 nas eleições do XXVI Congresso da FEFAC que se realiza na Turquia em abril de 2016.
- Conclusão do processo de negociação dos Contratos Coletivos de Trabalho com um novo CCT que vai ao encontro das necessidades das empresas, cuja denúncia teve lugar em 2015, com o início de um novo processo negocial e a implementação de uma nova Convenção.
- Acompanhamento do processo legislativo relativo à aprovação de organismos geneticamente modificados, quer para importação, quer para cultivo.
- Colaboração no PANRUAA – Plano de Ação Nacional para a Redução do Uso de Antibióticos nos Animais.
- Participação na Rede Inovar, e nos Grupos Operacionais do INIAV (efluentes pecuários e proteaginosas), no sentido de valorizar e divulgar a inovação e a investigação criando mais-valia e conhecimento para os seus associados.
- Criação de Grupos de Trabalho “*ad-hoc*” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Sector, em estreita ligação com a FEFAC, tendo em conta os interesses nacionais.
- Finalização da elaboração de um guia de rotulagem de alimentos compostos para animais.
- Atualização do “Código de Boas Práticas para os Industriais de Pré-Misturas e de Alimentos Compostos para Animais destinados à Produção de Géneros Alimentícios”.
- Elaboração de um “Manual para o controlo das principais substâncias indesejáveis e proibidas na alimentação animal”, em conjunto com a DGAV.
- Ações de formação respeitantes à implementação dos Planos de HACCP em fábrica e à Realização de teste de homogeneidade e contaminação cruzada em colaboração com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária.
- Constituição de uma Plataforma informativa no sítio da IACA relativa aos aditivos, nomeadamente com listagens atualizadas dos aditivos autorizados, alterações legislativas importantes, aditivos órfãos e atualização de assuntos em discussão a nível nacional e comunitário.
- Acompanhamento da revisão da legislação sobre os alimentos medicamentosos, substâncias médico-veterinárias e controlos oficiais.
- Submissão de uma Candidatura ao Programa COMPETE (Portugal 2020) sobre o Projeto QUALIACA.
- Dinamização da CT 37 com participação em Congressos e diferentes grupos de trabalho, tendo em vista um melhor conhecimento da sua atividade e da importância para a credibilidade da alimentação animal.

Atenta às dificuldades que têm caracterizado a evolução da indústria de alimentos compostos para animais, sobretudo nestes últimos anos, em que são constantes os ataques à imagem do Setor e dos produtos animais, com impacto negativo na Fileira pecuária e desde logo na nossa atividade, a Direção da IACA está consciente das dificuldades e das exigências, tendo como principal objetivo a aposta continua e reforçada nas parcerias e na dinâmica da nossa organização, alargando a sua base de apoio e a sua capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis e políticos e da Administração Pública.

Na certeza de que, pelo seu passado e pela constante adaptação que tem sido possível fazer, com a capacidade de nos adaptarmos a novas realidades, somos uma organização credível e respeitada, quer pelos nossos parceiros, quer pelas autoridades, seja em Portugal ou no quadro da União Europeia.

Neste quadro de incerteza global em que vivemos, no segundo ano do nosso Mandato, o que podemos garantir aos nossos Associados é que ambição, vontade, com coerência e espírito de missão, tendo em vista a coesão da Indústria e a sustentabilidade da IACA serão o nosso fio condutor que suportarão as grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

Tal como ao longo destes mais de 40 anos, sempre na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.